



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO
DESENVOLVIDA PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
NA CIDADE DE PICOS, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS PRESIDIÁRIOS DA
PENITENCIÁRIA JOÃO DE DEUS BARROS

What is the impact of anti-drug policy developed by the Department of State Security of Piauí in the city of Picos, from the perception of ex-convicts of the Penitentiary João de Deus Barros

Carlos Eduardo Valdivino de Carvalho
Graduando em Administração
e.dupsy@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Daniel Acelino Luz Araújo
Graduando em Administração
daniel.acelino@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Douglas Moraes Bezerra
Mestre em Administração
moraesbd@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí – UFPI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CARLOS EDUARDO VALDIVINO DE CARVALHO
DANIEL ACELINO LUZ ARAÚJO

Os Impactos da Política de Combate ao Narcotráfico Desenvolvida pela Secretaria de Segurança do Estado do Piauí na Cidade de Picos, a partir da Percepção dos Ex-Presidiários da Penitenciária João de Deus Barros


A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

() Aprovados(as)

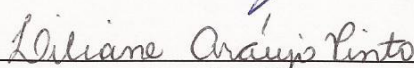
Aprovados(as) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 18 de Setembro de 20 13.


Orientador(a) – Prof(a). Douglas Moraes Bezerra


Prof(a). Jael de Souza
Membro


Prof(a). Liliâne Araújo Pinto
Membro

RESUMO

Este trabalho procura entender quais os impactos da política de combate ao narcotráfico, desenvolvida pela Secretaria de Segurança do Estado do Piauí na cidade de Picos, a partir da percepção dos ex-presidiários da Penitenciária João de Deus Barros, por meio de pesquisa realizada no ambiente carcerário com presos egressos ao sistema prisional, analisando aspectos como a marginalização econômica, desestruturação familiar, aceitação social e as políticas públicas. O tráfico de drogas apresenta-se como uma forma de manifestação social da população menos favorecida frente ao sistema social opressor e excludente. Tem-se nessa atividade uma forma de inclusão social, mesmo que marginal. Pode-se concluir que a política de segurança pública de combate às drogas deve se estruturar num sistema abrangente que tire o foco da repressão armada baseada na chamada “guerra às drogas” e recoloque-o na direção das políticas públicas sociais, estruturando-se no eixo da prevenção e inclusão social.

Palavras-chave: Narcotráfico. Estado. Polícia Militar. Guerra às Drogas.

ABSTRACT

This work seeks to understand the impacts of policy to combat drug trafficking, developed by the Department of State Security of Piauí in the city of Picos, from the perception of ex-convicts of the Penitentiary João de Deus Barros, through research on the environment graduates with prison inmates to the prison system, analyzing aspects such as economic marginalization, family breakdown, social acceptance and public policies. Drug trafficking is presented as a form of social manifestation, the less favored population against the oppressive and exclusionary social system. It is this activity a form of social inclusion, even if marginal. It was concluded that the public security policy to combat drugs must be structured into a comprehensive system that takes the focus of armed repression and replace it in the direction of social policies, structuring axis of prevention and social inclusion.

Keywords: Drug Trafficking, State, Military Police, War on Drugs.

1. INTRODUÇÃO

A criminalidade e suas consequências evidenciam a problemática na definição do real papel do Estado e sua atuação frente aos problemas da sociedade contemporânea, principalmente quando este se direciona aos segmentos da população menos favorecida.

Sua atuação através das políticas públicas, em tese seria para promover o bem comum da população, porém diante do aumento da criminalidade, necessita-se uma discussão acerca das estratégias e ações utilizadas para combatê-las, em especial, o narcotráfico, por esse o responsável pelo aumento de vários outros tipos de crimes, tais como roubos, furtos, homicídios, dentre outros.

Sousa (2009), em sua dissertação, diz que há desafios para a consolidação política democrática no Brasil, tais como o aumento das taxas de criminalidade, aumento da sensação de insegurança, violência policial, a ineficiência do trabalho preventivo das instituições de Segurança, superlotação de presídios, corrupção, dentre outros.

É possível notar que há uma ligação direta entre a marginalidade econômica e social com a criminalidade, através das altas taxas de desemprego aliada ao apelo de uma sociedade cada vez mais consumista e socialmente desigual (FARIA; BARROS, 2011).

A criminalidade então se mostra como uma forma de manifestação social, usada pelas classes exploradas, revoltadas com o sistema, para escapar das condições degradantes e assegurar uma posição melhor, tanto econômica como social (AGUENA, 2008). O cidadão marginalizado vê na criminalidade, uma forma de ser incluído nessa classe social detentora do capital e do poder, onde terá suas realizações econômicas e pessoais alcançadas.

O Estado, em resposta a essa revolta da população menos favorecida para com o sistema, utiliza-se das instituições de segurança pública para conter e manter a “ordem pública”, através das políticas de segurança pública, ela apenas faz a manutenção do problema estrutural sem dar a devida importância para outras áreas como a educação e geração de empregos.

Diante desse contexto, apresenta-se o seguinte problema: Quais os impactos da política de combate ao narcotráfico, desenvolvida pela Secretaria de Segurança do Estado do Piauí na cidade de Picos, a partir da percepção dos presidiários do Presídio João de Deus Barros?

Para tanto, este estudo foi estruturado da seguinte forma: inicialmente apresenta questões acerca da origem do Estado, sua finalidade e como este se utiliza das forças armadas internas (policiais) para o controle das classes menos favorecidas. A formação da Polícia de status militar e sua origem no Brasil, assim como o papel desempenhando por esta na preservação da ordem pública através da repressão e do combate armado.

No segundo tópico tem-se uma discussão teórica acerca dos fatores que levam o cidadão a adentrar no mundo do narcotráfico, levando-se em conta temas como a marginalidade econômica, desestruturação familiar, aceitação social e como as instituições de segurança pública desenvolvem ações para combater o tráfico de drogas, com base na ideologia da chamada “guerra às drogas”.

No tópico seguinte, apresentam-se as entrevistas realizadas com policiais militares e presidiários e as respectivas análises dos discursos, levando-se em conta três pontos fundamentais: a) as causas que levaram o presidiário a adentrar no mundo do tráfico, b) como se dá o combate ao narcotráfico e c) as políticas públicas de ressocialização na cidade de Picos – PI.

E por último são apresentadas as considerações finais acerca dos impactos da política de segurança pública de combate ao tráfico de drogas na cidade sob a percepção dos ex-presidiários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Origem e o Papel do Estado

Atualmente são cada vez mais crescentes os índices de violência no Brasil. Tornou-se comum a mídia mostrar notícias relacionadas a crimes, tais como assassinatos, roubos, sequestros, dentre outros. Não é difícil observar que de maneira geral o Estado tem tido grande dificuldade em tratar essa situação, de modo que se torna necessário refletir sobre a relação entre as respostas que o Estado vem dando para essas problemáticas e o papel que ele assume na sociedade.

Apesar da grande maioria das pessoas acreditarem que o Estado tem por razão principal de existência a defesa do interesse público, não é o que se pode concluir ao avaliar a sua postura diante da maior parte dos problemas sociais, como por exemplo, a fome, a pobreza, a saúde, a segurança, dentre outros.

Alguns autores tentam definir o que é o Estado. Contudo esse estudo segue a concepção de Estado desenvolvida por Engels e Marx.

Segundo Engels (1991), a origem e a razão da existência do Estado estão relacionadas ao surgimento da propriedade privada, isto é, surge para garantir os direitos daqueles que eram detentores da grande maioria das riquezas produzidas em determinadas sociedades. Devido ao acúmulo de propriedades no decorrer da história e das atividades de troca, surgiram as diferenças entre ricos e pobres, e a diferença entre os homens livres e os escravos, ou seja, entre pequenos grupos dominantes e uma grande parcela de dominados, surgindo assim uma nova divisão do trabalho e de classes.

Desde as épocas mais remotas são encontrados uma divisão completa da sociedade em classes distintas, com uma escala graduada de posições sociais, onde a sociedade burguesa moderna brotou das ruínas da sociedade feudal, estabelecendo uma nova divisão de classes, através de um longo processo de desenvolvimento das formas de produção e de troca e centralizando os meios de produção e concentrando a propriedade em poucas mãos (MARX, 2006).

As ideias sobre o surgimento e funcionamento do Estado construída por Engels, juntamente às significativas contribuições de Karl Marx sobre o funcionamento da sociedade, constituíram as bases para uma plataforma ideológica de funcionamento da sociedade que ficou conhecida como socialismo científico. Essa plataforma percebia o Estado como uma estrutura de repressão de classe e teve em Lenin (Dirigente da Revolução Socialista na Rússia) um de seus maiores defensores.

Segundo esta análise, o Estado é uma força especial de repressão do proletariado pela burguesia, onde milhões de trabalhadores são submetidos a um punhado de ricos, pois esses detêm o controle dos destacamentos de homens armados, que são o exército e a polícia, os principais instrumentos da força e do poder estatal (LENIN, 2010).

Dessa forma, o Estado se mostra uma esfera a favor das classes dominantes desde seus primórdios, nas sociedades escravistas da antiguidade. Este surgiu para proteger os interesses da classe dominante e controlar as revoltas dos escravos através da presença de um corpo policial-militar e de uma burocracia hierárquica, na forma de um corpo de funcionários públicos (ENGELS, 1991).

Segundo Lenin (2010), o Estado assume uma grande importância do ponto de vista teórico e do ponto de vista político prático onde a guerra imperialista apressou e intensificou o processo de transformação do capitalismo monopolista para o capitalismo monopolista de Estado, tornando os trabalhadores assalariados escravos das classes dominantes.

Este Estado capitalista é essencialmente um Estado opressor e instrumento de dominação e manutenção dos interesses da burguesia. Ele é responsável pela manutenção da

ordem social, onde reprime as ameaças das classes dominadas, controlando suas práticas através do exército e de suas polícias militares e ainda utilizando dos sistemas judiciários e penitenciários, regulando como devem ser o comportamento desses cidadãos em meio à sociedade (BAUER, 2012).

O Estado é o resultado do antagonismo inconciliável das classes, pois o mesmo aparece onde e na medida em que esses antagonismos não conseguem mais ser conciliados. É um órgão de dominação de classes, onde uma classe é submissa a outra através da criação de uma “ordem” que legalize essa submissão e, dessa forma, abrande a colisão entre as classes (LENIN, 2010).

O papel do Estado consiste essencialmente, como aparelho repressivo, em garantir pela força as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. O Estado funciona na base da violência, sendo uma máquina de repressão da classe dominante que assegura a dominação sobre a classe operária, garantindo com isso a propagação de suas ideologias de exploração (ALTHUSSER, 1992).

Por tudo isso Bauer (2012) expõe que a forma de dominação do Estado pontifica a instituição militar como sua principal viga de sustentação, onde as camadas populares marginalizadas têm como característica marcante a sua profunda exclusão social.

Sendo assim, a relação entre Estado e sociedade civil se mostra contraditória, revelando que a sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, e dividiu-se em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Onde para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se devorem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, houve a necessidade do uso de uma força imposta pela classe dominante, que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem” (ENGELS, 1991).

Assim, o Estado que muitos acreditam existir para prover o bem comum da população, mostra-se um aparelho de dominação daqueles que detêm o capital sobre a grande maioria da população menos favorecida, dominação essa que se dá principalmente através do braço armado do Estado, a Polícia.

2.2 A Origem da Polícia Militar no Brasil

Como discutido anteriormente, percebe-se que o Estado, apesar de em diferentes momentos ter assumido diferentes formas, se constituiu sobre a necessidade de controle dos dominadores sobre os dominados. Este controle manifestou-se historicamente por meio do braço armado do Estado: a Polícia.

No Brasil, este controle tem se materializado desde sua colonização, a partir de estruturas de segurança criadas para garantir os interesses do Estado português. A origem da Polícia Militar brasileira se confunde com o processo de criação das instituições responsáveis pela segurança pública na França e posteriormente em Portugal.

Segundo Ferreira e Reis (2012), a polícia de status militar foi criada pelo Rei Francês João II, “o Bom”, durante a Guerra dos Cem anos (1337-1453), com a finalidade de patrulhar as terras à retaguarda dos exércitos e dar combate aos desertores encontrados, conduzindo-os aos Marechais-de-França (Maréchaux), encarregados de fazer cumprir a lei e a disciplina militar. Em razão desta subordinação, esta força recebeu o nome de Maréchaussée. Em 1536, através do Édito de Paris, concedeu-se à Maréchaussée competência sobre os crimes praticados por civis. Em 1789, com a Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava: “a garantia dos Direitos Humanos e dos cidadãos requer uma força pública”. Assim a antiga Maréchaussée foi transformada em Gendarmerie.

(FERREIRA; REIS, 2012). Esta estrutura de segurança pública francesa influenciou outras nações como a portuguesa. Portugal cria a Intendência Geral de Polícia em 1760 adotando as estruturas policiais utilizadas na França, como a Gendarmerie (GONÇALVES, 2008).

Já no Brasil, a formação da polícia militar tem origem na vinda da família real para o Brasil em 1808, com a criação de uma Intendência Geral de Polícia no Rio de Janeiro (BRETAS, 1998).

Durante o Governo de D. Pedro I, os Presidentes das Províncias não dispunham de um organismo capaz de auxiliá-los na manutenção da ordem pública. Em 1830, em consequência da abdicação de D. Pedro I e da menoridade de D. Pedro II, o Império passou a ser dirigido por Regentes, que, na concepção popular, não gozavam de legitimidade para governar. Por esse motivo, teve início em todo país uma série de movimentos revolucionários, como a Balaiada (Maranhão), a Sabinada (Bahia), e a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul) entre outros. Representando um perigo para a manutenção do império, esses movimentos também comprometiam a ordem pública, ocorrendo com mais intensidade no Rio do Janeiro. Por conta da situação, o Ministro da Justiça, Padre Antônio Diogo Feijó, propôs à Regência que fosse criado, no Rio de Janeiro, um corpo de guardas destinado a manter a ordem pública. A proposta de Feijó foi acolhida, e em outubro de 1831, foi criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro. No mesmo documento, os Presidentes das demais Províncias foram autorizados a também criarem suas Guardas (LIMA, 2009).

Mas foi durante a ditadura militar que a polícia militar brasileira obteve o status tal qual conhecemos hoje. De acordo com Terra (2010), com o golpe militar, iniciaram-se diversos atos de guerrilha desencadeados por grupos de resistência armada contra a ditadura, assim, tornou-se necessária a criação de um grupo policial que pudesse auxiliar na força e na repressão militar.

No início da reforma da Constituição de 1967, foi editada a Emenda Constitucional n.º 01, em 1969, a qual indicou a PM como responsável pela manutenção da ordem pública, bem como auxiliar e reserva do Exército. Anteriormente, em julho de 1969, fora editado outro decreto, o qual estabeleceu que o policiamento ostensivo fardado era atividade exclusiva das Polícias Militares, proibindo-se aos Estados a criação de outras organizações policiais uniformizadas (OLIVEIRA; COSTA, 2007).

De acordo com Pinheiro (1982 apud TERRA, 2010, p. 99), o decreto lei número 667, de 1969, submeteu todas as polícias estaduais ao controle do exército, explicitando assim a representação política que essas forças sempre apresentaram, ou seja, o controle das classes dominantes que se mantém no poder contra as manifestações das classes populares.

Nesse sentido, são criadas, no interior das unidades militares, grupos de choque especializados no combate armado aos segmentos contestatórios da ditadura militar. Com o progressivo desmembramento desses grupos, os militares perdem seu foco e passam a combater a criminalidade comum, infiltrada na população (TERRA, 2010).

Assim, a ação da policial militar se caracteriza nesse momento pela repressão com violência, uma vez que o combatente vê no criminoso comum um inimigo interno. Esse comportamento segue a ideologia de que “[...] a única solução para o crime é o enfrentamento armado [...]”, pois “[...] os criminosos são agentes do mal, infiltrados no povo, que naturalmente é pacífico e ordeiro” (PINHEIRO, 1982, p. 67 apud TERRA, 2010, p. 101).

Mais recentemente, percebeu-se essa orientação nas manifestações que eclodiram no Brasil em junho de 2013, as chamadas “Jornadas de junho”. As manifestações iniciadas em várias capitais brasileiras, diante do aumento no preço das passagens de ônibus, estenderam-se a todo o país, ganhando força principalmente diante da revolta da população frente a atuação da polícia, que se legitimando da missão de manter ordem e pacificar o movimento, utilizou a repressão de forma violenta (VIANA, 2013).

Diante do exposto, percebe-se a orientação que a Polícia tomou desde sua origem: a população menos favorecida, revoltava-se contra esse sistema de dominação através de manifestações sociais, sendo denominados de criminosos e desordeiros e o Estado utiliza-se das instituições de controle social na tentativa de manter o status quo, através da repressão (TERRA, 2010).

2.2.1 O papel da Polícia Militar

No Brasil, conforme estabelece o § 5º do Art.144 da Constituição Federal, o trabalho de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública é da competência exclusiva das polícias militares, instituições estaduais integrantes do sistema de segurança pública (BRASIL, 2007).

Segundo Abreu e Brasil (2002), cabe à PM atuar antes de o crime acontecer, com homens fardados e ostensivamente armados nas ruas, com a intenção de inibir e reprimir o crime. Sua missão consiste em assegurar a tranquilidade das pessoas que convivem e relacionam-se na comunidade (ALMEIDA, 2011).

De acordo com Cano (2006), no Brasil, na década de 80 e 90, o tema da segurança pública entrou definitivamente na agenda social e política em face do aumento considerável da criminalidade violenta. “O cenário atual mostra o fracasso das políticas tradicionais de controle do crime e da violência que, em geral, são reativas, militarizadas e baseadas na repressão” (CANO, 2006, p. 136). Entre as deficiências mais comuns na área de segurança pública, o autor destaca:

- herança autoritária: a polícia era um órgão de proteção do Estado e das elites que o dirigiam contra os cidadãos que representavam um perigo para o status quo;
- insistência no modelo da guerra como referência para as operações de segurança pública: o objetivo, em muitos casos, é o aniquilamento do “inimigo”, como se a questão da segurança pública só pudesse ser resolvida à “base de bala”. As operações de combate ao crime em áreas pobres se assemelham a operações de guerra em território inimigo: ocupação, blitz, tiroteios, etc.;
- no contexto anteriormente mencionado, as denúncias de violência policial com abuso de autoridade e tortura são frequentes;
- relações conflitivas com as comunidades pobres, sobretudo em lugares onde o crime organizado é forte. Os moradores desses lugares consideram a polícia inimiga, tendo mais medo da polícia que dos traficantes de drogas.

Segundo Bengochea et. al (2004, p. 121), “atualmente a polícia, na sua cultura histórica, só trabalha com um instrumento que é a reação pela força” [...]“Geralmente, em todo o conflito que a polícia intervém, a tendência é criminalizar a conduta, efetivando a solução pelo uso da força”.

Ainda segundo o autor:

No Brasil, a polícia foi criada no século XVIII, para atender a um modelo de sociedade extremamente autocrático, autoritário e dirigido por uma pequena classe dominante. A polícia foi desenvolvida para proteger essa pequena classe dominante, da grande classe de excluídos, sendo que foi nessa perspectiva seu desenvolvimento histórico. Uma polícia para servir de barreira física entre os ditos “bons” e “maus” da sociedade. [...] uma polícia que atuava com grande influência de estigmas e de preconceitos (BENGOCHEA et. al, 2004, p. 121).

Macaulay (2005) diz que aqui o bem a ser protegido é o interesse do Estado e das autoridades públicas. Aqueles que detêm o poder se apossam da esfera pública e de seus recursos, tendo acesso aos instrumentos da lei e da ordem; contudo, a classe menos favorecida permanece desprotegida.

Hoje a ideologia da polícia é: ‘combater’ o inimigo ‘crime’, incorporado à pessoa do criminoso. Ideologia essa fruto da militarização da Polícia. É com base nesse modelo repressivo, que os governos têm planejado suas políticas de segurança pública (COSTA, 2004).

O senso comum, a mídia e também análises de cunho acadêmico têm enfatizado que essa violência é o estopim para outros tipos de violência, que se convertem numa espécie de círculo vicioso (Porto, 2004).

Essa repressão da Polícia, de forma violenta, mostra-se mais evidente nas operações de combate ao tráfico de drogas, onde são cada vez mais frequentes denúncias de violência e abuso de autoridade policial, sobretudo em regiões periféricas e contra a população marginalizada tanto econômica quanto socialmente. Sendo um combate mais rigoroso até do que qualquer outro tipo de criminalidade.

2.3 Política de Combate ao Narcotráfico

2.3.1 O narcotráfico

O narcotráfico para Santana (1999) é um fenômeno econômico, político e social na era da globalização. Destaca-se o perfil que esse fenômeno alcança em sua expansão global e, em particular, em regiões periféricas do mundo.

Para Faria e Barros (2011), “a globalização, as grandes transformações tecnológicas e de organização aplicadas à produção induzem à expansão da indústria ilegal.” O mercado ilegal então surge como resposta à marginalidade econômica, onde tem-se uma sociedade caracterizada pela precariedade das relações de trabalho e pelo apelo consumista. Nesse sentido, surge uma situação de exclusão social e de cidadania (FARIA; BARROS, 2011)

A exclusão pode acontecer sob várias formas. Talvez a mais grave, podendo gerar outros tipos de exclusão, é a econômica, quando o país, por diversas razões, tais como: questões políticas, administrativas ou ao ser afetado por um processo mundial, não gera emprego para seus cidadãos, excluindo os menos preparados das relações de emprego (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

Submetidos às condições precarizadas de trabalho e sem possibilidades de participação na roda viva do capital, restringe-se a estes trabalhadores o acesso aos meios de produção e inclusão global (FARIA; BARROS, 2011).

A falta de engajamento do Estado em setores de interesse social (como educação e emprego) constitui um estímulo para que muitos pobres percebam o tráfico como estratégia de sobrevivência (VIANNA; NEVES, 2011).

As famílias de baixa renda, em nosso país, se encontram em situação de desamparo pelas políticas públicas. Em outros termos, tais políticas deveriam representar o *pai simbólico* (o representante da lei). No entanto, observamos situação oposta (ARAÚJO; SILVA, 2011).

A família se mostra uma instituição vulnerável, influenciada dentre outros fatores pelo fracasso das políticas públicas. Jovens não têm uma estrutura familiar bem definida, sofrem em sua maioria principalmente com a ausência da figura paterna, privando-os do

modelo adequado para identidade social e a ausência da mãe que por conta do trabalho impossibilita a supervisão apropriada da educação e cuidado dos filhos (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

Faria e Barros (2011, p. 538), afirmam que “apesar de seu caráter ilegal, o tráfico participa da atividade geradora de capital, configurando-se hoje como uma prática atrativa tanto pela alta rentabilidade quanto pelo reconhecimento social proporcionado aos traficantes”.

O tráfico de drogas proporciona uma forma de inclusão neste sistema que os excluiu economicamente e que não lhes ofereceu as possibilidades de fazer frente ao apelo consumista estimulado pela sociedade. O trabalho legalmente considerado, não oferece as condições para se chegar ao nível de vida desejado, tanto econômica quanto socialmente (FARIA; BARROS, 2011).

Segundo Meirelles e Gomes (2009), “a inserção no tráfico de drogas não ocorre apenas para alcançar ganhos econômicos, mas para alcançar ganhos simbólicos [...]. Os jovens buscam autoestima, respeito, visibilidade social”.

Para Vianna e Neves (2011), ao se falar em “traficante”, a imagem imediatamente evocada é bastante banal e cotidiana: negro, pobre, residente em áreas periféricas, cruéis, mantenedores de um estado paralelo e de guerra civil. Nesse cenário, um inimigo – uma afronta ao Estado e aos seus cidadãos. E a partir do consenso de que o traficante é o inimigo, começa a ser delineada a resposta que eles merecem: a anulação, o extermínio, a tolerância zero, os choques de ordem. Matá-los para não sermos mortos.

Diante do exposto, é possível sintetizar os fatores que influenciam a entrada no mundo do narcotráfico:

Políticas Públicas	O Estado não fornece políticas públicas sociais, (educação, saúde, renda, assistência social, entre outras), que insira o cidadão na sociedade de modo a ampará-lo de dispositivos que prevenção e orientação.
Marginalidade Econômica	Tentando fazer frente à sociedade que os excluiu economicamente, muitos veem no tráfico de drogas uma forma de ser incluído nessa sociedade pautada cada vez mais pelo consumismo. A atividade ilegal se mostra rentável com ganhos num curto espaço de tempo.
Aceitação Social	As pessoas buscam ser aceitas na sociedade, valorizando-se pessoalmente e perante a comunidade. Buscam, além de ganhos econômicos, ganhos simbólicos, como: respeito, autoestima, poder, visibilidade social.
Desestruturação Familiar	Famílias desestruturadas privam os filhos do modelo correto na formação de sua identidade social, assim, eles tendem a buscar orientação em outros ambientes que muitas vezes não influenciam de forma positiva, como as ruas.

FONTE: Autoria própria, dados da pesquisa, setembro de 2013.

2.3.2 Guerra às drogas

O consumo de drogas cresceu rapidamente nos EUA no início da década de 80, acarretando um agravamento de problemas sociais dele decorrente. Isso levou a sociedade americana a pressionar o governo a adotar medidas mais rigorosas de repressão e controle sobre o tráfico e uso de drogas. A Administração Reagan adotou uma estratégia que tinha por finalidade a redução à oferta de drogas através de medidas de repressão ao tráfico no plano doméstico e à produção, ao processamento e ao tráfico no exterior, configurando o que o próprio Presidente denominou de “guerra às drogas” (FILHO; VAZ, 2011).

Segundo Feitosa e Pinheiro (2003):

A política baseia-se no controle da entrada das drogas com o endurecimento da repressão contra o tráfico, de modo a reduzir a oferta do produto, e a criação de mecanismos para desestimular o uso de entorpecente, como a prisão dos usuários, a fim de tentar reduzir a demanda (FEITOSA; PINHEIRO, 2003, p. 67).

Essa estratégia adotada no combate o narcotráfico, levou a uma guerra em grande escala onde a proibição pôs o mercado deste lucrativo comércio em mãos de organizações criminosas e criou fundos ilegais que estimulam a corrupção e os conflitos armados em todo o mundo (JELSMA, 2008).

Viana e Neves (2011) afirmam que a política atinge principalmente o tráfico varejista com bases de apoio em comunidades desassistidas de políticas públicas sociais e de modo menos incisivo aos grandes traficantes e seus facilitadores. Tal geopolítica sugere uma tripla função: alegitimação de práticas de violência e extermínio direcionadas à população pobre, criação de um estigma perigoso atrelada à pobreza e a legitimação das ações até com descartabilidade de vidas em prol de uma guerra justa pela segurança e pela paz.

Rodrigues (2012, pág. 11) diz que, desse modo, “o proibicionismo – com sua combinação entre moralismo e repressão seletiva a certos grupos sociais – emergiu como uma das táticas de controle social”.

Na América Latina, há uma associação das drogas com a violência quase quecoletiva, sendo difícil falar de drogas sem uma referência à violência social. A política de guerra às drogas nas sociedades da América Latina trouxe grandes consequências, dentre elas: o desenvolvimento de poderes paralelos nos espaços de fragilidade do Estado Nacional; a criminalização dos conflitos políticos; a corrupção da vida pública; alienação da juventude, sobretudo da juventude pobre; deslocamento de camponeses e estigma sobre culturas tradicionais (FERNANDES, 2008).

No Brasil, o tráfico de drogas é responsável pela estruturação de uma complexa rede de criminalidade. As drogas financiam a compra de armas, que são usadas nas lutas pelo controle de territórios e no enfrentamento com a polícia. Os traficantes dominam grandes espaços urbanos onde moram os setores mais pobres, atuando como autoridades de fato. O dinheiro do tráfico também é utilizado para corromper autoridades do sistema de segurança e das demais instituições públicas (DROGAS E DEMOCRACIA, 2009).

Segundo Carvalho e Silva (2011), a segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada. Às instituições ou órgãos estatais, incumbidos de adotar ações voltadas para

garantir a segurança da sociedade, denomina-se sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico a política de segurança pública

3. METODOLOGIA

A execução do presente trabalho se deu a partir do estudo de caso realizado no município de Picos-PI com a população carcerária do Presídio João de Deus Barros e com policiais militares do 4º Batalhão de Polícia Militar do Piauí, onde Gil (2011) diz que o estudo de caso é realizado através do estudo de um ou poucos objetos, de modo a conseguir permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, conseguindo analisar o fenômeno dentro do contexto da realidade onde está inserido.

Através de um roteiro de entrevista semi-estruturado, coletou-se os dados, sendo realizada a análise do discurso das falas dos entrevistados para garantir uma melhor visão e entendimento das questões abordadas e o que os levava àquela situação. Esse roteiro foi construído a partir dos procedimentos e técnicas metodológicas mais adequadas ao problema a ser equacionado (VERGARA, 2007).

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva exploratória, com abordagem qualitativa, uma vez que expõe os pontos de uma população e situação específica para conseguir entender seu funcionamento nos locais onde os fatos acontecem (VERGARA, 2007).

Para interpretar e apresentar os resultados, foi confrontado o conhecimento teórico adquirido com as informações levantadas pelos instrumentos utilizados na pesquisa. Conforme Gil (2011) é preciso interpretar os resultados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo que faça ter algum sentido, por meio de fundamentação teórica e uso dos conhecimentos acumulados no decorrer da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Tráfico de drogas na cidade de Picos-PI

Picos é uma cidade do centro-sul do Piauí. Com uma população estimada em 76.000 habitantes, é a terceira cidade mais populosa do estado com um dos mais altos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH no estado e possuindo também o 3º maior PIB (IBGE, 2011). Os dados mostram que é uma cidade de suma importância para o desenvolvimento do Estado e que está em expansão tanto social quanto economicamente.

Porém o crescimento da cidade traz consigo muitas vezes problemas sociais como o aumento da criminalidade. A criminalidade violenta vem se tornando cada vez mais um desafio para as instituições de segurança pública. Só nesse ano de 2013, já foram registrados 12 homicídios na microrregião de Picos. Dados da Polícia Civil mostram o grande número de inquéritos policiais e prisões, sobretudo no que se refere ao tráfico de drogas. Só de janeiro a setembro desse ano já são 20 presos por tráfico de drogas e 14 inquéritos policiais sobre o tema, envolvendo desde pequenos traficantes à verdadeiras quadrilhas organizadas. Segundo levantamento da Polícia Militar há mais de 80 pontos de venda de drogas na cidade.

Assim, evidencia-se a necessidade de analisar as políticas de segurança na cidade evidenciando os processos que envolvem as estratégias e ações desenvolvidas no sistema de segurança pública, desde a origem do narcotráfico ao sistema de ressocialização.

4.2 O processo de entrada no tráfico

O tráfico de drogas apresenta-se como uma forma de manifestação social, da população menos favorecida frente ao sistema social opressor e excludente. Tem-se nessa atividade uma forma de inclusão social, que proporciona ao indivíduo ganhos capazes de fazer parte da classe economicamente mais favorecida e detentora do poder (FARIA; BARROS, 2011).

Essa perspectiva é essencial na tentativa de buscar entender os motivos que levam o indivíduo a entrar para o mundo do tráfico. Tem-se nas palavras dos entrevistados a comprovação dos efeitos desse sistema social sobre a vida das pessoas, principalmente na sua juventude:

Eu tenho 20 anos de idade. Entrei nessa vida porque meu pai nunca pode me ajudar, abandonou nós em SP porque não tinha condições de nos sustentar. Nunca mais quis saber da gente, aí minha família mandou buscar a gente de SP pequeno, eu ainda tava na barriga de mãe. Vim morar aqui em Picos. Desde meus 15 anos de idade que eu me envolvi na droga (FERNANDO, 2013).

Na breve descrição de Fernando sobre os motivos para sua entrada no mundo do narcotráfico, pode-se perceber o ambiente familiar desestruturado a que muitas famílias estão sujeitas. Os pais sem emprego e com filhos pra criar, não suportam a pressão social a que são submetidos, devido sua marginalidade econômica e optam pelas alternativas mais radicais possíveis. Abandonam os filhos deixando-os numa situação de extrema pobreza.

O ambiente no qual o cidadão está inserido exerce uma grande influência sobre seu comportamento, moldando as relações que este terá com a sociedade. Os jovens que deveriam estar na escola ou integrados em programas complementares de educação, acabam se envolvendo desde cedo com a criminalidade.

Com o fracasso das políticas públicas sociais, que expõe as famílias a marginalidade econômica, os filhos sofrem principalmente com a ausência da figura dos pais, privando-os do modelo adequado para a formação da identidade social (FEIJÓ; ASSIS, 2004). Como descrito na fala de Fábio:

Eu estudava mesmo, era interessado, mas minha mãe como trabalhava não tinha quem cuidasse da gente, chegava da aula eu ia pra rua, ficava na rua sem ocupação e aí acabei me envolvendo com as drogas (FÁBIO, 2013).

O Estado não fornece políticas públicas sociais (educação, saúde, renda, assistência social), que insiram o cidadão na sociedade de modo a ampará-lo de dispositivos de prevenção e orientação (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

Na cidade de Picos, a política de prevenção se dá apenas através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD):

Nós temos, o PROERD, programa que já existe no Piauí desde 2004. Onde nossos PMs são instrutores, passando uma média de 3 meses dando palestras na escola, principalmente os alunos de 5º ano em diante (PM JÚLIO, 2013).

O PROERD consiste em uma ação conjunta entre as Polícias Militares, escolas e famílias no sentido de prevenir o abuso de drogas e a violência entre os jovens, desenvolvendo habilidades para resisti-las, porém se mostra um programa pontual, voltando-se apenas para palestras de conscientização sem ações desenvolvidas a longo prazo, não integrando de forma sistêmica as famílias e a sociedade.

Porém, as políticas de prevenção nem sempre se mostram eficientes. A falta de emprego aliada ao apelo consumista da sociedade orienta muitas vezes as pessoas a buscar recursos de forma ilegal. O emprego então, tal qual conhecemos, se mostra uma alternativa distante para a realidade do traficante, pois através deste torna-se muito difícil chegar ao nível de vida desejado, diferente do tráfico que se apresenta como uma alternativa concreta, rápida e rentável (FARIA; BARROS, 2011). Como dito no depoimento de Fábio:

Eu pegava a droga, já pagava e já ia vender, aí com o dinheiro da venda eu já tirava um bocado ia gastar e o resto eu já comprava mais. A gente nunca pensa em parar, só pensa em vender. Comecei a ganhar muito dinheiro, chegava em casa dava pra minha mãe mas ela não aceitava. Eu ganhava muito mas também gastava muito, queria viver luxando, a gente que mexe com essas coisas ganha muito sabe.. mas não sabemos nem o que fazer com tanto dinheiro (FÁBIO, 2013).

O depoimento de Fábio mostra o nível econômico alcançado através do tráfico. A alta rentabilidade da atividade faz com que o indivíduo não pense em parar, sempre comprando e vendendo mais, projetando no indivíduo uma sensação de consumismo e poder econômico cada vez maior.

Segundo Faria e Barros (2011, p. 538), o tráfico de drogas configura-se, hoje, “uma prática atrativa, tanto pela possibilidade de acúmulo de capital, quanto pelo reconhecimento social que proporciona aos traficantes, numa forma de sociabilidade extremamente peculiar”. Pode-se perceber essa forma de sociabilidade no depoimento de Fernando:

Quando eu traficava tinha muitos amigos, tinha demais, pra chamar pras festas. O que eu tinha eles tinham, o que eu tomava eles tomavam ali, se quisessem beber eu pagava, se quisessem usar drogas eu botava, era amigos demais. Ia pras festas, tinha tudo lá, saía, deixava minha mulher em casa, ia pras festas... o cara novo e cheio de dinheiro. Nunca fui de botar na cabeça esses negócios de comprar uma moto pra mim não, meu negócio era vender e gastar, pagar, pegar mais e gastar, só isso (FERNANDO, 2013).

Através dessa atividade, o traficante obtém também um determinado status social. Muitos veem na figura do traficante um símbolo de sucesso e poder a ser idolatrado e seguido (MEIRELLES; GOMES, 2009).

Observa-se que o nível de aceitabilidade social atingido por Fábio é consequência direta do poder econômico que o tráfico de drogas lhe proporcionou. Drogas, mulheres, bebidas, festas tudo era financiado pelo traficante que não media esforços para agradar os que estavam ao seu redor.

4.3 Combate ao narcotráfico

A Polícia apresenta-se como a principal força do Estado no combate ao mercado ilegal de drogas. Na cidade de Picos, esse combate se dá principalmente através da Polícia Militar. A política de segurança pública baseia-se principalmente na repressão através do combate armado, como se percebe no depoimento do policial militar:

Assim que nós assumimos o comando do 4º BPM no dia 4 de janeiro de 2012, fizemos um mapeamento na cidade de Picos no sentido de localizar e identificar as pessoas que estão traficando assim como os locais onde eles estão vendendo as drogas. Nós intensificamos nosso serviço de inteligência e a gente deu um apoio maior a Força Tática quatro rodas (carros) e duas rodas (motos), e procuramos o apoio da Polícia Civil. Junto com todos esses policiais nós começamos a identificar e prender vários traficantes aqui na área do 4º BPM, principalmente aqui na cidade de Picos. Nós temos uma política também de gratificar os policiais que apreendem armas e drogas (PM JÚLIO, 2013).

O combate na cidade se dá principalmente através de operações específicas, voltadas mais especificamente para o fechamento das chamadas “bocas de fumo” e prisão de pequenos

traficantes que atuam no varejo do tráfico. Através do serviço de inteligência e de denúncia on-line, a polícia consegue mapear os pontos e localizar os traficantes que atuam na macrorregião. Foi criado um grupo especial de repressão e combate armado, para atuar especificamente na repressão ao tráfico de drogas e armas, a Força Tática. Além disso, também foi implementada uma política de incentivos, que beneficia os policiais que mais se destacam na apreensão de armas e drogas, com gratificações, folgas e honrarias.

Segundo Bengochea et. al (2004), no modelo tradicional, a intervenção da polícia quase que exclusivamente à base da força, como se fosse o único instrumento para combater a criminalidade. Usada frequentemente de forma não profissional, desqualificada e inconsequente, não poucas vezes à margem da legalidade, sendo comum as denúncias de violência e abuso de autoridade.

Observa-se essas ações baseadas na repressão violenta, no depoimento do traficante Fernando:

Alguns poucos eram da paz, davam conselhos, agora tinha uns que não, o negócio era bater, torturar, pra gente dizer onde as drogas estavam, entregassem a eles, mas graças a Deus eles me batiam, batiam, batiam, mas eu não dizia nada aí eles paravam. As torturas eram batendo, spray de pimenta na cara, sacola, tirava a gente algemado levava pra outro local. Minha mãe ia no Distrito e ligava pra saber onde eu tava, mas essas horas eu já tava era no meio dos matos apanhando (FERNANDO, 2013).

No discurso apresentado, percebe-se a banalização do uso da força pra resolução dos conflitos. Violências físicas e psicológicas foram utilizadas sob a justificativa de obter as informações necessárias que levariam ao esconderijo das drogas, mostrando assim a repressão na sua forma extrema, a margem da legalidade e dos preceitos de respeito a dignidade humana.

Assim, a polícia tem perdido legitimidade durante sua atuação no combate a criminalidade. Jovens, negros e pobres oriundos de comunidades marginalizadas acabam sendo os principais alvos dessa política repressiva, baseada na ideologia de combate e extermínio ao inimigo, atuando com grande influência de estigmas e de preconceitos (GAVIRIA, 2008). Isto pode ser visto na fala do policial militar João:

Temos inculcada na cultura da população, uma divisão de classes. A gente tem essa origem escravocrata e essa forte linha de enxergar determinadas atividades como atividades de “ricos” e atividades de “pobres”. No Brasil existe esse pensamento do trabalho braçal como coisa para pobre e atividades intelectuais sendo reservada para as elites. O policial não vem de outro mundo, ele já entra na corporação com essa carga de preconceito. A formação tende a mostrar que todos são iguais perante a lei, porém temos uma série de dificuldades em entender isso. Não só o policial, mas a sociedade em geral. Esse preconceito não se origina na Polícia Militar, é fruto da influência da sociedade. Ele fica mais latente e visto na PM porque é um órgão de fiscalização e sempre quando ele vai agir, vai desagradar alguém (PM JOÃO, 2013).

Na visão do policial, essa repressão mais extrema à classe marginalizada econômica e socialmente se deve às influências da própria sociedade não da corporação Polícia Militar. Isto porque segundo ele, a sociedade brasileira tem em sua origem uma formação escravocrata e com forte separação entre classes, em que negros e pobres eram tidos como um segmento da sociedade inferior. E por atuar no combate ao crime, entrando em contato diretamente com todos os segmentos da população, representa de forma mais contundente, essa forma de sociedade originada pelo Estado.

No Brasil, a Polícia foi criada para atender a um modelo de sociedade extremamente autocrático, autoritário e dirigido por uma pequena classe dominante, com o objetivo de proteger essa pequena classe das revoltas da grande classe de excluídos (BENGOCHEA et. al, 2004).

A criminalidade se mostra uma forma de manifestação social, usada pelas classes excluídas revoltadas contra essa pequena classe dominante, na tentativa de assegurar uma posição melhor, tanto econômica como socialmente (AGUENA, 2008).

O tráfico de drogas é uma forma de manifestação social, porém não é uma atividade isolada, pelo contrário, sua operação é responsável pela estruturação de uma complexa rede de criminalidade. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2003).

Como se percebe no depoimento do policial militar João:

A gente sabe que acabar seria uma utopia, mas a intensão é diminuir o máximo o tráfico de drogas na cidade de Picos. A gente sabe que por trás desse tráfico de drogas, há crimes de arrombamento, furtos, homicídios, tráfico de armas e tantos outros que vem deixando todos nós preocupados principalmente a população (PM JOÃO, 2013).

Assim, através do depoimento, percebemos que na visão do policial, é impossível eliminar por completo o tráfico de drogas, porém, o combate para diminuí-lo é essencial, pois tem-se nele a estruturação de uma complexa rede de criminalidade tais como o tráfico de armas, roubos, furtos, homicídios, etc.

O policial militar, incorpora a ideologia de combate ao crime à todo custo, na tentativa de cumprir sua missão enquanto policial que é a preservação da ordem pública (VIANA; NEVES, 2011).

O policial tem uma missão a cumprir, que é a preservação da ordem pública. Temos que ser fiéis a missão a qual fizemos juramento, e seguir as ordens da autoridade a qual estamos subordinados. Se não cumprirmos sofremos penalidades como processos, por exemplo (PM JOÃO, 2013).

A Polícia Militar se apresenta fortemente autoritária em suas estruturas hierárquicas e doutrinas. Há uma relação de subordinação total as ordens superiores. Se o policial se negar a cumprir a missão que lhe foi atribuída, sofre as punições cabíveis como processos, prisão e até a expulsão do corpo militar.

4.4 Sistema de ressocialização

O sistema prisional em tese é o local que deveria servir como meio para reinserir o criminoso na sociedade. Na cidade de Picos esse processo é feito através da penitenciária João de Deus Barros. Hoje a penitenciária encontra-se superlotada com uma população carcerária de 362 presos, sendo que sua capacidade é pra 144 detentos. Isso representa 40 % a mais da capacidade da penitenciária. Dessa quantidade há 68 presos por tráfico de drogas dentre os quais há 09 reincidentes, uma taxa de 13%.

Segundo Cunha (2010, p. 175), “a privação da liberdade por meio do encarceramento não possibilita, por si só, a reeducação. Essa lógica perversa não é mais aceitável e se reflete na falência da política carcerária e no aumento da violência dentro dos presídios”. Violência essa apresentada no discurso abaixo:

Quando a gente tá lá dentro, se tem dinheiro você consegue viver bem lá, e se você também conhecer alguém importante lá dentro da pra ficar, mas se não tem dinheiro nem conhece ninguém você tem que trabalhar lá obrigado pelos outros presos se não eles te batem ou mandam te matar, graças a deus eu conhecia um parceiro lá que me ajeitou, só que é assim ele fazia por mim lá, mas eu ficava devendo a ele quando eu saísse (CAIO, 2013).

Observa-se o ambiente hostil em que se transformaram os presídios. Tornaram-se locais de violência e alianças do crime. Os presos que detêm o poder econômico exercem sua influência sobre os demais, obrigando-os a seguir sua autoridade sob pena de punições que vão de agressões físicas à morte.

O sistema prisional brasileiro não atende sua finalidade de ressocialização, tornando-se uma grande escola do crime, onde presos que praticaram crimes mais leves são recrutados para a prática de crimes maiores em busca de vantagens materiais ou até mesmo movidos pela coação através de ameaças contra a sua integridade física (PENAL, 2009).

Essa influência do sistema prisional na criação de novos criminosos pode ser observada no depoimento de Fábio:

Tem uns que entra e diz “ah eu caí com um roubo de ônibus quando sair agora vou cair com banco”. Os caras aprende a ficar pior aqui. Tem cara que cai no tráfico aí pensa quando eu sair eu vou tirar o prejuízo que eu tô passando aqui, por exemplo, eu tenho 2 anos aqui, sair eu vou vender 4 pra mim tirar o que eu perdi. Mas muitos têm filhos e mulher e já pensam no sofrimento da família que chega aí 5 horas da manhã entra 2 horas da tarde aí pensam nisso antes de voltar a fazer (FÁBIO, 2013).

Os criminosos influenciados pelo amplo ambiente acabam “aprendendo” outras atividades ilegais mais rentáveis e através delas tentam recuperar o tempo perdido na cadeia. Porém nem todos pensam em voltar à criminalidade, pois pensam nos impactos de uma nova prisão na estrutura familiar. Demonstrando assim o papel fundamental da família no processo de ressocialização do preso.

De acordo com Bengochea et. al (2004), o sistema de segurança tem de ser integrado, não só com ações de prevenção e contenção, mas ter um início que é a prevenção e um final que é recuperar e tratar os autores do delito, tentando evitar ao máximo sua reincidência.

Cabe a sociedade ao menos oferecer mecanismos que ofereçam a oportunidade de reinserção do criminoso no tráfico, oferecendo um trabalho lícito por exemplo. O processo de ressocialização não pode ser esquecido e deve ser minuciosamente analisado, não expondo o criminoso ao esquecimento, sobrevivendo em condições desumanas e inaceitáveis Tendo ao término de sua reprimenda não tendo outra alternativa além da reincidência (SILVA, 2003).

Quando sai de lá não querem dar emprego pra gente e eu acabava trabalhando daquele jeito (sem carteira assinada, ganhando um salário inferior), trabalhei num supermercado depois que eu sai, mas aí o dinheiro não dava e eu comecei a pegar umas coisas de lá, só que aí o patrão descobriu e me botou pra fora, trabalhei com gesso também, aí eu ficava dando balão (enganado) nesse outro, aí ele me mandou embora também, aí acabei voltando a vender, não tenho mãe nem pai e os parentes que eu tenho não tão nem aí pra mim, aí eu tinha que comer cara, tinha que conseguir dinheiro pra isso, e é um dinheiro fácil de conseguir, aí eu voltei, vendi por um tempo aí, aí vacilei e acabei caindo de novo (CAIO, 2013).

No depoimento de Caio, temos a evidência da falta de atuação no Estado na relação ex-presidiário e sociedade, em que as ofertas de empregos são restritas para aqueles que possuem um passado de envolvimento com a criminalidade. Assim, a marginalidade econômica o obriga a voltar para o tráfico de drogas que se mostra uma atividade bastante rentável.

Segundo Cunha (2010), essa política de encarceramento em massa é consequência de uma sociedade capitalista que marginaliza grande parte da população. Hoje em dia, a prisão é uma instituição de criminalização da pobreza, uma vez que somente aqueles sem conhecimento e sem recursos materiais para se defender, é que acabam sendo penalizados.

As atividades de ressocialização como o trabalho, a educação e os programas sociais na prisão devem fazer parte de um projeto concreto de resgate da dignidade humana e possibilidade de novos sonhos e rumos, quando do cumprimento da pena (CUNHA, 2010).

Caio fala sobre os projetos sociais desenvolvidos na penitenciária:

Aqui eu trabalho com artesanato, passo o dia inteiro entretido quando olho pra cima já tá é de noite. Tem vários projetos: o artesanato, o violão, a Fazenda Esperança, costura de bolas, serigrafia, escola. Eu faço a Fazenda Esperança, eles ajudam muito no comportamento da gente. Com o trabalho a gente ganha a redução de pena. Os artesanatos que fazemos aqui são vendidos, e mandamos a renda para a família da gente (CAIO, 2013).

Observa-se que os presos são direcionados a diversos programas sociais, cada qual com seus objetivos específicos. Dentre eles destacamos o Educação de Jovens e Adultos (EJA) direcionado a educação dos presos; a Fazenda Esperança, onde os presos recebem visitas de agentes sociais e voluntários que dão suporte aos viciados na busca pelo abandono do vício; o artesanato, que proporciona aos presos a redução da pena e uma renda extra, enviada diretamente a família dos mesmos.

5. CONCLUSÃO

A partir das entrevistas realizadas, pode-se concluir que a política de segurança pública de combate às drogas deve se estruturar num sistema abrangente que tire o foco da repressão armada e recoloco-o na direção das políticas públicas sociais, estruturando-se no eixo da prevenção e inclusão social.

O tráfico de drogas demonstra ser uma correlação de diversos fatores, dentre eles principalmente: a marginalidade econômica, a desestruturação familiar, as políticas públicas sociais e a aceitação social. Cada fator exercendo sua parcela de influência no comportamento dos indivíduos, sobretudo na sua juventude.

Atualmente, a política de combate às drogas no município de Picos segue a ideologia de repressão e combate armado, a chamada “guerra às drogas”, caracterizando-se pela pontualidade e pelos efeitos a curto prazo, focando-se na prisão de pequenos traficantes e na eliminação das chamadas “bocas de fumo”. As ações se mostram pouco eficazes, uma vez que o pequeno traficante que é preso rapidamente é substituído por outro, que enxerga na demanda, cada vez maior, uma forma de participar da atividade, podendo obter ganhos econômicos rápidos e muito rentáveis, assim como as “bocas de fumo” que sempre reaparecem de forma muito rápida, em outros locais.

Diante desta atuação extremamente repressiva, tem-se um contexto em que as práticas policiais se mostram bastante violentas, como se a força fosse à única alternativa para a resolução dos conflitos. Não sendo incomuns denúncias de abuso de autoridade policial e violação aos direitos da pessoa humana, principalmente sobre a classe menos favorecida que sofre uma repressão bastante severa, coberta de estereótipos e preconceitos.

O sistema prisional tem um papel importante nessa dinâmica, como um dos eixos do sistema responsável pela ressocialização do condenado. Na cidade de Picos, a penitenciária João de Deus Barros mostra uma atuação fundamental nesse processo. Os diversos programas sociais existentes direcionam o preso para uma ressocialização mais eficiente com programas de educação (EJA), tratamento contra o vício das drogas (Fazenda Esperança), atividades culturais e o trabalho como forma de renda, para sustentar a família enquanto recluso na penitenciária.

Conclui-se que mesmo que as operações realizadas no combate ao narcotráfico tenham diminuído alguns índices de criminalidade relacionados ao tráfico na cidade de Picos nos últimos meses, não se está obtendo ganhos na área social, pelo contrário, a população carcerária aumenta cada vez mais e o número de novos traficantes cresce a níveis alarmantes, sobretudo de jovens. Faz-se necessária uma abordagem mais sistêmica do problema, tirando o foco da repressão e levando-o para as questões sociais, como educação, assistência social e desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Domingos; BRASIL, Glaucéria Mota. **Uma Experiência de Integração das Polícias Civil e militar: os Distritos-Modelo em Fortaleza.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul/dez, 2002. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200013> Acesso em 20 de julho de 2013.

AGUENA, Paulo. **O Marxismo e os Sindicatos.** 1° ed. Editora Sundermann, 2008.

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. **Visão Crítica do Sistema Policial Brasileiro.** Biblioteca Policial: Estudos sobre Defesa e Segurança Social do Brasil, 2011. Disponível no site <http://www.bibliotecapolicial.com.br/destaques/default.asp?NOT_SEQ=668> Acesso em 20 de julho de 2013.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985, 2° edição, 1992.

ARAÚJO, Renata Cristina Graner; SILVA, Nelson Pedro. **O Adolescente, Tráfico de Drogas e Função Paterna.** Ver. Psicol. Vol.11 n°21, São Paulo, 2011. Disponível no site <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2011000100011&script=sci_arttext> Acesso em 22 de julho de 2013.

BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo.** Elementos de história e questionamentos políticos. 1° ed. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz. et al **A Transição de uma Polícia de Controle para uma Polícia Cidadã.** São Paulo em Perspectiva, 18(1): 119 - 131, 2004. Disponível no site <www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2007.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Polícia Carioca no Império.** Revista Estudos Históricos, Vol. 12, N° 22, 1998. Disponível no site <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2075/1214> Acesso em 19 de julho de 2013.

CAIO, Traficante entrevistado na Penitenciária João de Deus Barros. **O nome real foi modificado para não expor o sujeito,** 2013.

CANO, Ignácio. **Políticas de Segurança Pública no Brasil: Tentativas de Modernização e Democratização Versus a Guerra Contra o Crime.** Revista Internacional de Direitos Humanos, ano 3, n° 5, 2006. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000200007> Acesso em 22 de julho de 2013.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de Segurança Pública no Brasil: Avanços, Limites e Desafios.** R. Katál, Florianópolis, v. 14, n.

1, p. 59-67, jan/jun, 2011. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100007&script=sci_arttext> Acesso em 20 de julho de 2012.

COSTA, Naldson Ramos da. **Ofício de Polícia, Violência Policial e Luta por Cidadania em Mato Grosso**. São Paulo em Perspectiva, 18 (1): 111-118, 2004. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100014> Acesso em 20 de julho de 2012.

CUNHA, Elizangela Lelida. **Ressocialização: O Desafio da Educação no Sistema Prisional Feminino**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, maio-ago, 2010. Disponível no site <www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a03v3081.pdf> Acesso em 19 de julho de 2013.

DROGAS E DEMOCRACIA. **Rumo a uma Mudança de Paradigma: Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia**, 2009. Disponível no site <www.drogasedemocracia.org/Arquivos/livro_port_03.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 12º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1991;

FÁBIO, Traficante entrevistado na Penitenciária João de Deus Barros. **O nome real foi modificado para não expor o sujeito**, 2013.

FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A. **Tráfico de Drogas: Uma Opção Entre Escolhas Escassas**. Psicologia & Sociedade, 23(3), 356-544, 2011. Disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=160295> Acesso em 20 de julho de 2013.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. **O Contexto de Exclusão Social e de Vulnerabilidade de Jovens Infratores e de suas Famílias**. Estudos de Psicologia, 9(1), 157-166, 2004. Disponível no site <www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf> Acesso em 19 de julho de 2013.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; PINHEIRO, José Augusto de Oliveira. **Lei do Abate, Guerra às Drogas e Defesa Nacional**. Revista Brasileira de Políticas Internacionais, 55(1): 66-92, 2012. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292012000100005&script=sci_arttext> Acesso em 20 de julho de 2013.

FERNANDES, Rubem César. **Drogas e Democracia na América Latina: Uma introdução**. Texto de apoio para a Primeira Reunião de La Comisión Latino americana sobre Drogas e Democracia, 2008. Disponível no site <www.drogasedemocracia.org/Arquivos/rubem_fernandes_portugues.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

FERNANDO, Traficante entrevistado na Penitenciária João de Deus Barros. **O nome real foi modificado para não expor o sujeito**, 2013.

FERREIRA, Roberto Cesar Medeiros; REIS, Thiago de Souza dos. **O Sistema Francês de Polícia e a sua relação com a Segurança pública no Brasil**. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012. Disponível no site

<www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338408842_ARQUIVO_OSistemaFrancesdePoliciaeasuarelaocomaSegurancaPublicanoBrasil.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

FILHO, Argemiro Procópio; VAZ, Alcides Costa. **O Brasil no Contexto do Narcotráfico Internacional**. Rev. Bras. Polít. Int. 40(1): 75-122, 2011. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100004> Acesso em 20 de julho de 2013.

GAVIRIA M, Margarita Rosa. **Controle social Expresso em Representações Sociais de Violência, Insegurança e Medo**. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº20, jul/dez, p. 72-107, 2008. Disponível no site <www.scielo.br/pdf/soc/n20/a05n20.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6 ed. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas 2011.

GONÇALVES, Cândido Gonçalo Rocha. **A Construção de uma Política Urbana (Lisboa, 1890 – 1940) Institucionalização, Organização e Práticas**. Tese de doutoramento, Lisboa: ISCTE, 2008. Disponível no site <<https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/632>> Acesso em 20 de julho de 2013.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível no site <ibge.gov.br> Acesso em 30 de agosto de 2013.

JELSMA, Martin. **O Estado Atual do Debate Sobre Políticas de Drogas: Tendências da Última Década na União Européia e nas Nações Unidas**. Texto de apoio para a Primeira Reunião da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia, 2008. Disponível no site <www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/jelsma-current-state-policy-debate-portuguese-20100630_0.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o que ensina p marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2º ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

LIMA, João Batista de. **A Briosa: História da Polícia Militar da Paraíba**. Disponível no site <www.pm.pb.gov.br/arquivos/historia_da_pmpb.pdf> Acesso em 22 de julho de 2013.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 10 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

MACAULAY, Fiona. **Parcerias Entre Estado e Sociedade Civil Para Promover a Segurança do Cidadão no Brasil**. Revista Internacional de Direitos Humanos, ano 2, nº 2, 2005. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452005000100007&script=sci_arttext> Acesso em 20 de julho de 2013.

MEIRELLES, Zilah Vieira; GOMEZ, Carlos Minayo. **Rompendo com a Criminalidade: Saída de Jovens do Tráfico de Drogas em Favelas na Cidade do Rio de Janeiro**. Ciência & Saúde Coletiva, 14(5): 1797-1805, 2009. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000500021&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 20 de julho de 2013.

OLIVEIRA, Antônio. **Os Policiais Podem Ser Controlados?** Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010. Disponível no site <www.scielo.br/pdf/soc/n23/06.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

PENAL, MTJR. **O sistema Prisional Brasileiro.** Disponível no site <<http://portal.estacio.br/media/media/1597224/artigo%20sistema%20prisional%20brasileiro%20pseudonimo%20mtjr%20penal.pdf>> Acesso em 20 de julho de 2013.

PM JOÃO, Policial entrevistado no 4º Batalhão de Polícia Militar do Piauí. **O nome real foi modificado para não expor o sujeito,** 2013.

PM JÚLIO, Policial entrevistado no 4º Batalhão de Polícia Militar do Piauí. **O nome real foi modificado para não expor o sujeito,** 2013.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Polícia e Violência:** representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. São Paulo em Perspectiva, 18 (1): 132-141, 2004. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100016> Acesso em 20 de julho de 2013.

RIBEIRO, Maurides de Melo; RIBEIRO, Marcelo. **Política Mundial e Drogas Ilícitas: Uma Reflexão Histórica.** Disponível no site <www.abead.com.br/.../ribeiro_e_ribeiro_politica_mundial_de_drogas.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra.** Rio de Janeiro, vol. 34, nº 1, jan/jun, 2012. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292012000100001&script=sci_arttext> Acesso em 20 de julho de 2013.

SANTANA, Adalberto. **A Globalização do Narcotráfico.** Revista Brasileira de Políticas Internacionais, 42 (2): 99-116, 1999. Disponível no site <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200006&script=sci_arttext> Acesso em 20 de julho de 2013.

SILVA, José Ribamar da Silva. **Prisão: Ressocializar para não Reincidir.** Monografia para Título de Especialização Modalidade de Tratamento Penal em Gestão Prisional – UFPr, 2003. Disponível no site <www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

SOUSA, Reginaldo Canuto de. **O Processo de Constituição da Política de Segurança Pública do Piauí, no período de 2003 a 2006.** Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, 2008. Disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=119132> Acesso em 20 de julho de 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa me administração.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, Silvia. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil.** 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Claudia E. A. Baêta. **Dispositivos de Repressão e Varejo do Tráfico de Drogas:** Reflexões acerca do Racismo de Estado. *Estudos de Psicologia*, 16(1), jan-abr, 31-38, 2011. Disponível no site <www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a05v16n1.pdf> Acesso em 20 de julho de 2013.

TERRA, Livia Maria. **Negro Suspeito, Negro Bandido:** Um Estudo Sobre o Discurso do Policial. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2010. Disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=169236> Acesso em 20 de julho de 2013.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 () Monografia
 (X) Artigo

Eu, Carlos Eduardo Valdivino de Carvalho,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO DESENVOLVIDA PELA
SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, NA CIDADE DE PICOS, A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DOS PRESSELETTOS DA PENITENCIÁRIA JOÃO DE DEUS BARROS
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 27 de SETEMBRO de 2013.

Carlos Eduardo Valdivino de Carvalho
 Assinatura



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 () Monografia
 (X) Artigo

Eu, DANIEL ACELINO LUZ ARAÚJO,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE COMBATE AO NARCÓTRAFICO DESENVOLVIDA PELA SECRE-
TARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, NA CIDADE DE PICOS, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS PRESIDIÁRIOS
DA PENITENCIÁRIA JOÃO DE DEUS BARROS
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 27 de setembro de 2013.

Daniel Acelino Luz Araújo
 Assinatura